

# *Bom Brasil* A economia e o delegado

CORREIO BRASILENSE

ANTÔNIO CARABALLO

7 OUT 1990

Uma sucessão de equívocos está elevando a níveis perigosos a verdadeira queda-de-braço que se trava entre a área econômica do Governo e segmentos destacados do empresariado nacional. A inquietação governamental com a resistência demonstrada pelo processo inflacionário, frente à terapia aplicada para seu controle, encontra terreno fértil para virar exasperação, diante de reajustes de preços com inegável sabor especulativo. Mas os agentes econômicos também têm suas razões para amuos, inconformados com a ingenuidade com que a tecnocracia do Brasil Novo (ou seria Estado Novo?) ataca os cartéis e oligopólios, reais e imaginários, de nossa economia.

O fato é que já virou um mau hábito brasileiro tentar administrar problemas econômicos a partir do distrito policial. Fiel a essa cultura, a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, ensaia uma espécie de reencarnação de Torquemada e sua Inquisição, ameaçando um número crescente de empresas com a fogueira da lei antitruste. O delegado Romeu Tuma mais uma vez é duplamente acionado — como secretário da Receita, para fazer devassas com que levantar material para mandar instaurar inquéritos policiais,

já aqui na condição de diretor da Polícia Federal.

Desde que começou sua vitoriosa pregação para chegar à Presidência da República, o presidente Fernando Collor tem feito um discurso liberalizante e modernizador. Ele quer levar o País para o Primeiro Mundo, seja nos níveis de bem-estar de sua gente, seja na dimensão de sua economia ou na qualidade de suas relações sociais. Difícil será compatibilizar esse ideário com espasmos intervencionistas e autoritários, como esta escalada de ameaças aos agentes econômicos. Ninguém pode ignorar a existência de maus empresários, especuladores, aproveitadores e malandros que melhor estariam na cadeia ou penalizados pelo mercado com a falência em seus negócios.

Mas há um evidente sabor de apelação no recurso a métodos tão distantes das ferramentas descritas nos manuais de política econômica, para enfrentar movimentos de preços que não sejam naturais ou o comportamento de setores econômicos que eventualmente contrariem as expectativas oficiais. Como será que agem os governos dos Estados Unidos, do Japão, da Inglaterra, da Itália ou do Chile, para enfrentarem seus cartéis ou oligopólios? Ou será que em todos esses países não há cartéis ou oligopólios?

A natureza de determinadas atividades historicamente gera a existência de relativamente poucos produtores ou fabricantes em um determinado mercado, em nível mundial. É o caso dos automóveis ou da produção de cimento, da fabricação de computadores ou de aviões. Não há registro de uma grande quantidade de empresas nessas áreas, em qualquer lugar do mundo. Na Itália, por exemplo, há apenas uma grande fábrica de automóveis, a Fiat. Os produtores de cimento nos Estados Unidos são quatro. Companhias de aviação o Japão tem duas. Já o Brasil conta com cinco fábricas de automóveis, três companhias aéreas e 18 fabricantes de cimento. A verdade é que são outras as razões que determinam a qualidade dos sistemas concorrenciais dentro de uma economia.

A equipe econômica vê esgotar-se a munição de seu arsenal de recursos para combater a inflação, sem que os índices denotem uma tendência firme a recuarem para um só e modesto dígito mensal. Esse engessamento fatalmente torna vulnerável a manutenção de uma política de salários desindexada e torna patente que 25 anos de correção monetária deixaram marcas profundas na cultura econômica nacional. E não será no distrito policial que iremos resolver esse problema.